

# Estados cobram mais recursos para atender metas do MEC

Lisandra Paraguassú

Da equipe do Correio

Dinheiro. O assunto é lugar-comum, mas não esgota nunca. Desta vez, a briga entre o Ministério da Educação (MEC) e os secretários estaduais é para financiar a reforma e a expansão do ensino médio.

De um lado, o ministério definiu o 2º grau como prioridade para os próximos quatro anos. Os objetivos são melhorar a qualidade — considerada sofrível pelo ministro da Educação, Paulo Renato Souza — e ampliar o sistema para atender os milhares de novos alunos.

Do outro lado estão os responsáveis por pagar a conta, os estados. De acordo com a Constituição de 1988, o ensino médio é responsabilidade estadual, assim como o superior está na lista de deveres do governo federal.

A preocupação dos secretários é justificável. O 2º grau é o sistema de ensino que mais cresceu nos últimos quatro anos. Cerca de 40% mais estudantes estão hoje se matriculando no 1º ano do ensino médio. Apenas no Distrito Federal, o número de matriculados pulou de 92.536 em 1996 para 112.202 no ano passado.

O governo federal garante não poder arcar com a conta. “De onde eu tiro o dinheiro? Das universidades federais? Não posso. Já assumimos todo o ônus da negociação de um empréstimo internacional para ajudar os estados nessa mudança”, explica Paulo Renato.

Um empréstimo de US\$ 500 milhões foi feito pelo ministério com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O pagamento do empréstimo, em três anos, será feito pela União.

Os governos estaduais terão que entrar com uma contrapartida igual ao volume de recursos que tomarem. Mas os secretários acham pouco.